



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº500/2025/CONSUP/IFSULDEMINAS

19 de dezembro de 2025

Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Processo de Consulta Direta à Comunidade para os Cargos de Reitor (a) e Diretores (as) do IFSULDEMINAS, mandato 2026 -2030.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Cleber Avila Barbosa, nomeado pelo Decreto de 04.08.2022, publicado no DOU de 05.08.2022, seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Processo de Consulta Direta à Comunidade para os Cargos de Reitor (a) e Diretores (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, mandato 2026 -2030. (Anexo).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cleber Avila Barbosa
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cleber Avila Barbosa, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS**, em 19/12/2025 17:29:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 621328
Código de Autenticação: 4b5e1cf94a



REGULAMENTO DO PROCESSO DE CONSULTA DIRETA À COMUNIDADE PARA OS CARGOS DE REITOR(A) E DIRETORES(AS)-GERAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

MANDATO 2026-2030

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente regulamento tem por objetivo estabelecer diretrizes do processo eleitoral para a escolha de Reitor(a) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e Diretores(as)-Gerais do IFSULDEMINAS dos *campi* Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações, considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o Decreto Nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, para o mandato de 2026 a 2030.

Art. 2º - O processo de consulta é coordenado, normatizado e disciplinado pelo Conselho Superior da instituição, que será efetivado por meio de votação secreta, em cédula impressa, uninominal e em turno único.

§ 1º – Será constituída a Comissão Preparatória do Processo Eleitoral (CPPE) do Conselho Superior com 6 (seis) membros, que terá a responsabilidade de elaborar/publicar o edital, pautados neste regulamento e realizar o processo de composição da Comissão Eleitoral Central (CEC) e das Comissões Eleitorais Locais (CEL), com atribuições para atuar no processo de consulta para os cargos de Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais, respectivamente, instituídas exclusivamente para esta finalidade.

§ 2º – Devido a unidade de Itajubá ainda não possuir os critérios exigidos para consulta à comunidade para o cargo de Diretor(a)-Geral, os servidores lotados neste campus irão votar apenas para Reitor(a).

§ 3º – O servidor que pleiteie aos cargos de Reitor(a) ou Diretor(a)-Geral de *campus* não poderá se candidatar à CPPE, CEC, CEL ou correlato que atue no processo de consulta à comunidade;

§ 4º – Durante o processo eleitoral ora instaurado é vedada a realização e/ou divulgação de qualquer tipo de pesquisa referente ao pleito interno.

Art. 3º - Os procedimentos para consulta à comunidade escolar compreenderão os seguintes passos:

(a) Deflagração;

(b) Constituição da CEC e CEL;

- (c) Elaboração e publicação do edital;
- (d) Inscrição dos candidatos;
- (e) Campanha;
- (f) Votação;
- (g) Apuração;
- (h) Divulgação;
- (i) Comunicação formal do resultado do pleito ao Conselho Superior (CONSUP) e à comunidade do IFSULDEMINAS e;
- (j) Homologação do resultado pelo CONSUP.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES ELEITORAIS

Art. 4º – A Comissão Eleitoral Central (CEC) será composta pelos 6 (seis) membros da CPPE indicados pelo Conselho Superior (discente, docentes e técnico administrativo, paritariamente distribuídos), acrescidos de 3 (três) membros, um de cada segmento, de cada unidade, indicados pela Comissão Eleitoral Local (CEL).

§ 1º – A CEC deliberará e decidirá as questões relativas ao processo eleitoral por meio de boletim oficial dirigidas às CEL, pautada nesta regulamentação, relatando ao Conselho Superior qualquer anomalia ou descumprimento das regras estabelecidas na legislação;

§ 2º – Os boletins da CEC se dirigem única e exclusivamente às CEL da Reitoria e dos *campi*. Cabe às CEL divulgarem o boletim, sem emissão de juízo;

§ 3º – As decisões da CEC sobre quaisquer questões relativas ao referido processo serão tomadas sob um quórum mínimo de 70% da constituição total da comissão;

§ 4º – No caso de impedimento, o membro representante titular da CEC poderá ser representado por um dos integrantes da CEL;

§ 5º – As reuniões da CEC ocorrerão via webconferência, as quais ficaram registradas através de gravação e ata;

§ 6º – A CEC escolherá, entre seus membros, o presidente e o vice-presidente a serem designados via portaria emitida pelo Reitor.

§ 7º – No ato de constituição da CEL do Campus Itajubá, caso não haja a representatividade de membros conforme caput deste artigo, o processo será conduzido pela CEL da Reitoria.

Art. 5º - A CEC terá as seguintes atribuições:

1. conduzir os processos de inscrição, campanha, votação e apuração, respeitando o cronograma aprovado pelo Conselho Superior, anexo a este documento;
2. disciplinar os procedimentos definidos neste Regulamento pelo Conselho Superior;
3. coordenar o processo de consulta para escolha para o cargo de Reitor(a) e apoiar a escolha para Direções Gerais de *campi*, deliberando sobre os recursos interpostos;
4. homologar e divulgar as inscrições deferidas para o cargo de Reitor(a);
5. apoiar as CEL, especialmente os casos omissos a este Regulamento;
6. credenciar fiscais para atuar no decorrer do processo de consulta para Reitor(a);
7. publicar e encaminhar os resultados da votação para Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais ao Conselho Superior;
8. supervisionar as ações de divulgação de cada candidatura e organizar os debates entre candidatos a Reitor(a);
9. elaborar calendário próprio;
10. relatar ao Conselho Superior qualquer anomalia ou descumprimento das regras estabelecidas na legislação e, especificamente, contidas neste Regulamento.

Art. 6º – A Comissão Eleitoral Local (CEL) dos 8 (oito) *campi* do IFSULDEMINAS é composta por 9 (nove) membros, instituídos especificamente para este fim, em consulta eletrônica entre seus pares, integrados paritariamente da seguinte forma:

1. 3 (três) titulares representantes do corpo docente lotado na unidade;
2. 3 (três) titulares representantes dos servidores técnico-administrativos lotados na unidade;
3. 3 (três) titulares representantes do corpo discente, com idade de 16 anos completos (se menor de 18 anos, apresentar autorização dos pais ou responsável).

§ 1º – Caso a CEL não atinja a sua totalidade por ausência de candidatos, o dirigente máximo da unidade nomeará os representantes para completá-la, obedecidos os demais critérios de participação estabelecidos neste regulamento.

§ 2º – No caso da Reitoria, a comissão é composta por 3 (três) membros titulares do segmento técnico-administrativo lotados na unidade;

§ 3º – Servidores em processo de exoneração, remoção e redistribuição não poderão se candidatar à CEL e, conseqüentemente, à CEC;

§ 4º – A CEL escolherá entre seus membros o presidente e o vice-presidente a serem designados por Portarias pelo Reitor;

§ 5º – As decisões das CEL sobre quaisquer questões relativas ao referido processo serão tomadas por um quórum mínimo de 5 (cinco) membros, sendo pelo menos 1 (um) membro de cada segmento.

Art. 7º - A CEL terá as seguintes atribuições:

1. coordenar o processo de consulta para o Cargo de Diretor(a)-Geral de *campus* e de Reitor, encaminhar sobre os recursos interpostos acerca do cargo de Diretor(a)-Geral;
2. homologar e divulgar as inscrições deferidas para o cargo de Diretor(a)-Geral de *campus*;
3. publicar a lista dos eleitores aptos a votar com matrícula SIAPE ou matrícula acadêmica;
4. supervisionar as ações de divulgação de cada candidatura e organizar os debates entre candidatos a Diretor(a)-Geral;
5. providenciar o apoio necessário à realização do processo de consulta;
6. credenciar fiscais para atuar no decorrer do processo de consulta;
7. encaminhar à CEC os resultados da votação realizada no *campus*;
8. elaborar calendário próprio;
9. relatar à CEC qualquer anomalia ou descumprimento das regras estabelecidas.

Parágrafo Único: Compete às CEL coordenar as eleições dos Polos EaD e unidades com cursos presenciais e manter a CEC sempre informada de suas decisões tomadas ao longo do processo.

Art. 8º – Caberá à Reitoria e à Direção-Geral de cada *campus* disponibilizar às comissões eleitorais todos os meios necessários para a completa operacionalização do processo de consulta à comunidade escolar.

CAPÍTULO III

DO COLÉGIO ELEITORAL

Art. 9º – Para o processo eleitoral, que será efetivado por meio de votação secreta e uninominal, terá direito a voto os servidores que compõem o Quadro de Pessoal Ativo e Permanente do IFSULDEMINAS, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), bem como os alunos regularmente matriculados nos registros acadêmicos e registrados no SISTEC nos cursos técnico, graduação e pós-graduação (*Lato e Stricto sensu*), presencial e a distância, conforme Art. 2º do Decreto nº 6.986 de 20 de outubro de 2009.

§ 1º - Para fins de organização e logística do processo de votação terão direito a voto os alunos matriculados até o dia **11 de março de 2026** e, no caso de servidores, se em exercício até a mesma data;

§ 2º - O discente exercerá o direito de voto apenas uma vez, independentemente da quantidade de matrículas em cursos (a exemplo de um aluno estar matriculado de forma concomitante em cursos de graduação/técnico e/ou pós-graduação);

§ 3º - O servidor que se encontrar também na condição de discente, terá direito a voto apenas na condição de servidor;

§ 4º - Não será permitido o voto por procuração, correspondência ou por qualquer outro meio digital;

§ 5º - Para efeitos de votação, todo servidor, independente de sua lotação, deverá votar na sua unidade de origem.

CAPÍTULO IV

DOS CANDIDATOS

Art. 10 - Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor(a) os(as) docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente do IFSULDEMINAS, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a pelo menos um dos seguintes requisitos:

1. possuir o título de doutor; ou
2. estar posicionado nas Classes DIV (atual Classe C) ou DV (atual Titular) da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Parágrafo único: É permitido uma recondução para ao cargo, que será de 4 anos ininterruptos, considerando que o candidato eleito poderá exercer o cargo em caráter *pró tempore* pelo período correspondente ao restante do mandato do seu antecessor cuja investidura de complementação de mandato, por prazo inferior a dois anos, não será computada.

Art. 11 - Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor(a)-Geral os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnicos administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

1. preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor(a);
2. possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição.

Parágrafo único: É permitido uma recondução para ao cargo, que será de 4 anos ininterruptos, considerando que o candidato eleito poderá exercer o cargo em caráter *pró tempore* pelo período correspondente ao restante do mandato do seu antecessor cuja

investidura de complementação de mandato, por prazo inferior a dois anos, não será computada.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE CANDIDATURA

Art. 12 - A inscrição para o cargo de Reitor(a) deverá ser realizada no protocolo da Reitoria e, para Diretor(a)-Geral de *campus*, nos protocolos das unidades. Os documentos necessários para registro de candidatura a Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais de *campi* do IFSULDEMINAS são:

1. cópia da cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação;
2. documentos comprobatórios exigidos nos arts. 10 e 11 deste Regulamento e artigo 13 § 1º da **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, respectivamente;
3. declaração que não se enquadra em nenhum impedimento, consoante disposto no art. 13 deste Regulamento, conforme Anexo VI;
4. declaração de tempo de serviço e enquadramento funcional, constando o regime de trabalho expedido pelo Setor de Gestão de Pessoas ou PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do IFSULDEMINAS);
5. ficha de inscrição preenchida, conforme Anexo II, no caso de Reitor(a), e Anexo III, no caso de Diretor(a)-Geral de *campus*;

Parágrafo único: Será considerado para fins de comprovação de titulação Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso.

Art. 13 - São impedimentos para participar do processo eleitoral o candidato:

1. responsabilizado por infração funcional em processo administrativo disciplinar;
2. condenado em processo de improbidade administrativa;
3. condenado por crimes dolosos contra a Administração Pública, contra a ordem tributária, contra a fé pública, ou outros que comprometam a idoneidade para o exercício da função.

Art. 14 - O(A) candidato(a) a Reitor(a) ou Diretor(a)-Geral com inscrição homologada deverá entregar o Plano de Trabalho à CEC, contendo, em até duas laudas de formato A4: foto, apresentação (cargo e formação), slogan, nome do candidato, cargo a que se destina e proposta de gestão.

§1º - O plano de ação deverá ser enviado em formato PDF, para o endereço eletrônico definido pela CEC/CEL, obedecendo-se os prazos do calendário eleitoral;

§2º - A CEC/CEL disponibilizará um espaço no sítio eletrônico institucional para a publicação do plano de ação, enviados até a data definida.

CAPÍTULO VI

DA CAMPANHA

Art. 15 - É livre a divulgação dos nomes e propostas no interior das unidades do IFSULDEMINAS, devendo os candidatos abster-se de:

1. vincular sua candidatura e/ou receber apoio financeiro de partidos políticos ou quaisquer associações, sindicatos, entidades representativas dos estudantes e fundações;
2. empregar recursos próprios ou de terceiros que visem ao aliciamento dos eleitores;
3. representar oficialmente a instituição ou o *campus* após inscrição da candidatura até o dia da votação;
4. fazer campanha em reuniões específicas para os técnico-administrativos e/ou professores, convocadas por dirigentes do *campus*, inclusive reuniões pedagógicas, de grupo ou de natureza similar previstas na programação do *campus*; excetuando-se o espaço aberto pela comissão eleitoral para a apresentação do Plano de Trabalho;
5. utilizar os meios de comunicação de massa para veiculação de matéria paga ou de notícias falsas (*Fake news*);
6. promover pichações ou outras atividades de campanha que causem danos às instalações do IFSULDEMINAS, aos patrimônios públicos municipais, estaduais e federais;
7. atentar contra a honra dos concorrentes;
8. utilizar meios de divulgação atentatórios à ética e à honra;
9. afixar cartazes e distribuição de textos contendo expressões, alusões, desenhos ou frases ofensivas à honra e/ou à dignidade pessoal ou funcional de qualquer membro da comunidade escolar;
10. utilizar, direta ou indiretamente, recursos financeiros, materiais ou patrimoniais da instituição para cobertura da campanha eleitoral, ficando ressalvadas as promoções de iniciativa da CEC/CEL, garantida a igualdade de oportunidade a todos os candidatos;
11. comprometer a estética e limpeza dos prédios da instituição e arredores, com locais de exposição veiculação de imagens e sons a serem definidas pela CEL;
12. incitar qualquer movimento que perturbe a prática das atividades da instituição, inclusive fazer campanhas eleitorais que estejam fora das programações da comissão eleitoral;
13. adotar encaminhamentos que caracterizem ingerência financeira ou tráfico de influência de natureza interna e/ou externa no IFSULDEMINAS.

§ 1º As infrações eleitorais contidas neste artigo estarão sujeitas às regras disciplinares contidas no Estatuto do IFSULDEMINAS, na lei nº 11.892/08, no Decreto nº 6986/09, no código de ética do servidor público federal (Decreto nº 1.171/94), ficando a fiscalização a cargo das CEC/CEL;

§ 2º Os candidatos não poderão fazer uso de diárias e veículos oficiais para fins de campanha, mesmo quando suas respectivas agendas como servidores coincidirem com o cronograma estabelecido neste Regulamento;

§ 3º É vedado aos ocupantes de cargos de direção, chefia, assessoramento, função gratificada ou aos participantes de órgãos de deliberação coletiva, no uso de suas funções, beneficiar ou prejudicar qualquer candidato e/ou eleitor, assim como, utilizar de qualquer tipo de apologia a favor ou denegrindo candidatos nos seus discursos oficiais (formaturas, seminários, encontros etc).

Art. 16 - A CEL disponibilizará e regulamentará espaço específico aos candidatos para sua livre manifestação em igualdade de condições.

§ 1º – Atendendo às necessidades dos eleitores, a CEL determinará que todos os candidatos, em igualdade de condições, apresentem os seus Planos de Trabalho para o eleitorado, demonstrando os seus conhecimentos e a sua capacidade administrativa, em horários previamente escolhidos, em que os candidatos apresentarão as suas propostas de acordo com a determinação e a coordenação da CEL.

§ 2º – As denúncias, devidamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas via formulário eletrônico, Anexo VII, referentes a irregularidades cometidas durante a campanha e a eleição, serão encaminhadas pela CEL e apuradas pela CEC.

§ 3º – Verificada a procedência da denúncia, a CEC poderá decidir pela advertência reservada ou advertência pública. Caso a infração transgrida os princípios éticos, apoiados na Comissão de Ética do IFSULDEMINAS, a CEC encaminhará ao CONSUP (consulta via e-mail) a solicitação para o cancelamento da inscrição do candidato responsável pela infração.

Art. 17 - A campanha eleitoral somente poderá ser realizada após a homologação das candidaturas, conforme cronograma em anexo a este Regulamento. As atividades de campanha que venham a causar interrupção de atividades da instituição deverão ser agendadas com as CEL.

Parágrafo único: Entende-se por campanha eleitoral todos os atos ou ações praticados pelo candidato, a partir de demonstrações explícitas de postulação ao cargo que envolvam distribuição de material de campanha, divulgação de programas, projetos, portar símbolos de identificação (camisetas, bandeiras, *botons*, adesivos etc).

CAPÍTULO VII

DA ELEIÇÃO

Art. 18 - Homologadas as inscrições dos candidatos, no prazo consignado no cronograma, a CEC publicará lista contendo os nomes dos(as) candidatos(as) a Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais do IFSULDEMINAS, que servirá de base para confecção das cédulas de votação, a ser definida pela CEC.

Art. 19 - O processo de votação acontecerá nos dias e horários indicados no cronograma elaborado pela CEC, com base no cronograma anexo a este Regulamento.

Parágrafo único: no caso de servidores em exercício em unidade do IFSULDEMINAS diverso de sua lotação, o campus/unidade de exercício deverá disponibilizar transporte para que os servidores possam votar em seus campi de lotação.

Art. 20 - O Processo de consulta será finalizado com a escolha de um único candidato para cada cargo, considerando-se o peso da participação de cada segmento representado, em relação ao total do universo consultado, de acordo com o disposto no *caput* dos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009.

§ 1º - O Percentual de votação final de cada candidato será obtido pela média ponderada dos percentuais alcançados em cada segmento.

§ 2º - Para cálculo do percentual obtido pelo candidato em cada segmento, será considerada a razão entre a votação obtida pelo candidato no segmento e o quantitativo total de eleitores do segmento aptos a votar, conforme fórmula abaixo:

TVC = Taxa percentual do total de votos do candidato;

VDo = Número de votos recebidos pelo candidato no segmento de Docentes;

VTa = Número de votos recebidos pelo candidato no segmento de Técnico Administrativo;

VDi = Número de votos recebidos pelo candidato no segmento de Discentes;

NDo = Número de eleitores aptos a votar no segmento de Docentes;

NTa = Número de eleitores aptos a votar no segmento de Técnico Administrativo;

NDi = Número de eleitores aptos a votar no segmento de Discentes.

$$TVC = [(1/3 \times (VDo/NDo)) + (1/3 \times (VTa/NTa)) + (1/3 \times (VDi/NDi))] \times 100$$

CAPÍTULO VIII

DAS MESAS RECEPTORAS E DO SEU FUNCIONAMENTO

Art. 21 - As mesas receptoras nos *campi* serão compostas de um presidente, um vice-presidente e um secretário, a serem definidos pela CEL.

§ 1º - Cada mesa receptora deverá ter, preferencialmente, representantes dos 3 (três) segmentos do IFSULDEMINAS;

§ 2º - Para cada cargo integrante da mesa receptora será indicado um suplente;

§ 3º – As competências dos membros integrantes das mesas receptoras, forma de atuação, fiscalização, conferência de documentos dos votantes e encerramento das seções serão definidas pela CEC;

§ 4º – A composição das mesas dos Polos EaD, assim como sua dinâmica de atuação, serão definidas pela CEC, em consulta à gestão a fim de possibilitar a operacionalização do processo de consulta em todos os Polos EaD e unidades presenciais do IFSULDEMINAS.

§ 5º – As cabines de votação deverão estar totalmente isoladas, com acesso somente ao votante, afastadas de câmeras, janelas etc.

CAPÍTULO IX

DA APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 22 - O processo de votação será encerrado depois de lacrada a última urna (*campi*, Reitoria ou Polo EaD/unidades presenciais). No caso dos polos/unidades, as urnas serão transportadas para as unidades correspondentes para a devida apuração conforme definições da CEC.

Art. 23 - Nos *campi* e na Reitoria, serão instaladas mesas apuradoras com membros indicados pela CEL/CEC para contagem dos votos, aferindo os lacres, relação de votantes e ata e, uma vez aberta a apuração, ocorrerá de modo ininterrupto.

§ 1º – Junto às mesas apuradoras somente poderão permanecer os membros das CEC/CEL, os candidatos e 1 (um) fiscal por candidato.

§ 2º – Os resultados da apuração serão registrados de imediato no mapa de totalização e em ata redigida pelo secretário e assinada pelos membros da mesa apuradora e fiscais;

§ 3º – A CEC definirá a dinâmica de apuração, que deverá ser seguida por todas unidades de modo uniforme e padrão, especialmente no que concerne à validação das urnas e votos.

CAPÍTULO X

DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 24 - Depois de recebidos os mapas de apuração das diversas mesas, a CEC fará as

conferências necessárias e elaborará o mapa de totalização dos votos e proclamará os resultados finais.

§ 1º - Será considerado eleito o candidato que obtiver maior média ponderada dos percentuais alcançados em cada segmento.

§ 2º - Havendo empate, será considerado eleito, primeiramente, o candidato mais antigo em exercício no IFSULDEMINAS; segundo, o mais antigo no serviço público federal e terceiro, o candidato de maior idade.

Art. 25 - A CEC encaminhará relatório ao CONSUP, acompanhado de todos os materiais relativos ao processo de eleição direta.

CAPÍTULO XI

DOS RECURSOS

Art. 26 - Os recursos deverão ser protocolados nas CEL, dentro dos prazos previstos no cronograma, com competência de julgamento dos recursos encaminhada à CEC e, ao Conselho Superior, em caso de solicitação de impugnação de candidatura.

§ 1º - A decisão dos recursos será por maioria simples dos membros da CEC, cabendo a seu presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, dentro do prazo de 24 horas para decisão.

§ 2º - Os julgamentos recursais emitidos pela CEC, referentes ao resultado final, cabem recursos ao CONSUP no prazo máximo de 48 horas, a partir da homologação e publicação do resultado final.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Para o processo eleitoral referente às eleições de Reitor(a) do IFSULDEMINAS e Diretores(as)-Gerais, será obedecido o cronograma constante no Anexo I.

Art. 28 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela CEC.

Pouso Alegre, 18 de dezembro de 2025

ANEXO I

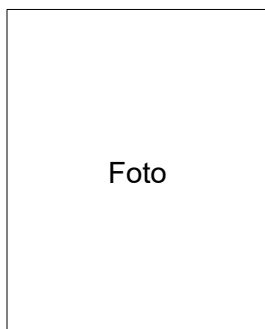
Cronograma de consulta à comunidade para os cargos de Reitor(a) do IFSULDEMINAS e Diretores(as)-Gerais dos *campi* Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações

Atividades		Data	Horário
1	Aprovação do Regulamento do processo de consulta à comunidade pelo Conselho Superior	18/12/25	
2	Eleição e Publicação da Portaria de composição da Comissão Preparatória do Processo Eleitoral no CONSUP (CPPE)	18/12/25	
3	Deflagração do processo eleitoral pelo Conselho Superior, conforme art. 3º do Decreto nº 6.986/2009.	05/02/26	
4	Processo de composição das Comissões Eleitorais Locais (CEL) e da Comissão Eleitoral Central (CEC)	05/02/26 a 12/02/26	
5	Publicação da Portaria das CEL/CEC	13/02/26	
6	Publicação do Edital de consulta aos cargos de Reitor do IFSULDEMINAS e Diretores(as) Gerais dos campi Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações	20/02/26	
7	Registro de candidaturas	25 e 26/02/26	8h às 11h e das 13h às 17h
8	Publicação da lista de candidatos habilitados	27/02/26	16h

9	Prazo para apresentação de recursos à CEL/CEC	02 e 03/03/26	A ser definido pela CEC
10	Publicação da decisão de recursos de candidaturas das CEL/CEC	05/03/26	A ser definido pela CEC
11	Pedido de impugnação de candidaturas junto às CEL/CEC	06/03/26	8h às 11h e das 13h às 17h
12	Homologação e publicação da lista definitiva dos candidatos	10/03/26	A ser definido pela CEC
13	Entrega Plano de Trabalho	11/03/26	A ser definido pela CEC
14	Publicação da lista dos votantes de cada unidade (exposição pública)	16/03/26	A ser definido pela CEC
15	Convocação de mesários	17/03/26	A ser definido pela CEC
16	Credenciamento de fiscais	18/03/26	A ser definido pela CEC
17	Período de campanha	16/03 a 10/04/26	A ser definido pela CEC
18	Eleição nos Polos EaD	13 e 14/04/26	8h às 21h
19	Eleição nas unidades (campi e Reitoria)	15/04/26	8h às 21h
20	Apuração de votos	15/04/26	Logo após o encerramento
21	Encaminhamento dos resultados à CEC	16/04/26	10h
22	Publicação do Resultado das Eleições	17/04/26	12h
23	Prazo para apresentação de recurso (protocolo) Reitoria e campus)	22/04/26	8h às 11h e das 13h às 17h
24	Análise de recursos pela CEC, homologação, publicação e encaminhamento do resultado final ao Conselho Superior	24/04/26	A ser definido pela CEC

25	Prazo para apresentação de recursos contra o resultado final ao Conselho Superior (protocolo Reitoria)	27/04/26	8h às 17h
26	Análise de recurso pelo Conselho Superior, homologação e publicação do resultado oficial das Eleições (reunião ordinária)	04/05/26	14h

ANEXO II
INSCRIÇÃO DE CANDIDATO(A)
PROCESSO PARA ESCOLHA DE REITOR(A) DO IFSULDEMINAS



IDENTIFICAÇÃO:

NOME: _____

RG: _____ Emissão ____/____/____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____ Matrícula SIAPE: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Cidade: _____ UF: _____

Sexo: () Masc. () Fem.

Estado Civil: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ e-mail: _____

Telefones: Residencial: () _____ Celular: () _____

Declaro estar ciente do Código do Processo de Consulta para o cargo de Reitor(a) do IFSULDEMINAS, da Comissão Eleitoral Central.

_____, _____ de fevereiro de 2026.

Assinatura

ANEXO III

INSCRIÇÃO DE CANDIDATO(A)

**PROCESSO PARA ESCOLHA DE DIRETOR(A)-GERAL DE CAMPUS DO
IFSULDEMINAS**

Foto

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: _____

RG: _____ Emissão ____/____/____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____ Matrícula SIAPE: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Cidade: _____ UF: _____

Sexo: () Masc. () Fem.

Estado Civil: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ e-mail: _____

Telefones: Residencial: () _____ Celular: () _____

Campus no qual pretende se candidatar: _____

Declaro estar ciente do Código do Processo de Consulta para o cargo de Diretor(a)-
Geral de Campus do IFSULDEMINAS, da Comissão Eleitoral Central.

_____, _____ de fevereiro de 2026.

Assinatura

ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA RECURSOS

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Cargo a qual se candidata: _____

Matrícula SIAPE: _____

e-mail: _____

Telefones: Residencial: () _____ Celular: () _____

Objeto do Recurso:

Fundamentação:

_____, _____ de março de 2026.

Assinatura

ANEXO V
FICHA DE INSCRIÇÃO – FISCAL

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Matrícula / SIAPE: _____

Campus: _____

E-mail: _____

Telefones: Residencial: () _____ Celular: () _____

Fiscal: () Reitor () Diretor

Nome do Candidato: _____

Declaro estar ciente do Código do Processo de Consulta para o cargo de Reitor e Diretor(a)-Geral de campus do IFSULDEMINAS, da Comissão Eleitoral Central.

_____, _____ de março de 2026.

Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO LEGAL

Eu, _____ portador do RG ____ CPF ____ declaro sob as penas da Lei que não incorro em nenhuma das condutas descritas no artigo 13 deste Regulamento do processo de consulta direta para o cargo de _____ do IFSULDEMINAS.

Diante do exposto declaro não possuir antecedentes criminais e nem penalidades administrativas que impeçam o registro de minha candidatura.

_____, _____ de fevereiro de 2026.

Assinatura

ANEXO VII
FORMULÁRIO DE DENÚNCIA
(NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE)

I – IDENTIFICAÇÃO DO DENUNCIANTE

1. Nome completo:
2. E-mail para recebimento de notificações/intimações:
3. Telefone(s) para contato:

II – DENUNCIADO

1. Nome completo do Servidor:
2. Cargo Ocupado:
3. Unidade:
4. Local da ocorrência:

III – DESCREVER A DENÚNCIA

(Descrição do fato)

IV - DESCREVER AS PROVAS (FUNDAMENTAÇÃO)

(Apresentação dos elementos de prova ou indicação de como e onde os mesmos podem ser encontrados)